

FACULDADE SANTA RITA  
CURSO DE PEDAGOGIA

**MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS  
COM BAIXA VISÃO: A INCLUSÃO E UM  
NOVO INSTRUMENTO DE ENSINO**

AdriéleAndrade Guerra  
Letícia Rodrigues Biroque

Novo Horizonte - SP  
2021

FACULDADE SANTA RITA  
CURSO DE PEDAGOGIA

ADRIELE ANDRADE GUERRA  
LETÍCIA RODRIGUES BIROQUE

**MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS  
COM BAIXA VISÃO: A INCLUSÃO E UM  
NOVO INSTRUMENTO DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Santa Rita como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia sob orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Esp. Andreza Santoro Roque.

Novo Horizonte - SP

**G934m** Guerra, Adriéle Andrade; Biroque, Leticia Rodrigues  
Materiais adaptados para alunos com baixa visão: a inclusão e um novo instrumento de ensino / Adriéle Andrade Guerra, Leticia Rodrigues Biroque – Novo Horizonte, 2021.

27 f. ; 30 cm.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) - Faculdade Santa Rita, 2021.

Orientadora: Andreza Santoro Roque

1. Materiais Adaptados. 2. Baixa Visão. 3. Ensino e Aprendizagem. 4. Pegagogo. Autor .II.Título.

CDD--

MEMBROS DA BANCA DE DEFESA DO TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
DAS ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

**ADRIÉLE ANDRADE GUERRA**

**LETÍCIA RODRIGUES BIROQUE**

APRESENTADA À FACULDADE SANTA RITA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

BANCA DE DEFESA:

---

Prof.<sup>a</sup> Orientadora – Andreza Santoro Roque

FACULDADE SANTA RITA

---

Prof.<sup>a</sup> Ana Carolina Amaral Colombo

FACULDADE SANTA RITA

---

Prof.<sup>o</sup> Edson José Gonçalves

FACULDADE SANTA RITA

## **Agradecimentos**

Agradecemos, primeiramente, a Deus por ter nos sustentado até aqui, sem ele nada teria acontecido.

Gostaríamos de agradecer a nossa orientadora, Prof.<sup>a</sup> Esp. Andreza Santoro Roque, que aceitou orientar nosso trabalho, mesmo em momentos difíceis, se dedicou e acreditou em nós durante todo o processo.

Aos professores do curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita, que durante esse tempo transmitiu seus conhecimentos, oferecendo uma excelente qualidade de ensino.

Também, agradecemos as nossas famílias pelo o apoio e incentivo, que serviram de base para conseguir alcançar essa realização.

*“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” (Paulo Freire)*

# MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM BAIXA VISÃO: A INCLUSÃO E UM NOVO INSTRUMENTO DE ENSINO

Adriéle Andrade Guerra<sup>1</sup>

Letícia Rodrigues Biroque<sup>2</sup>

Andreza Santoro Roque<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem por desígnio demonstrar a importância dos materiais adaptados para alunos com baixa visão, caracterizar a baixa visão e a importância da capacitação dos professores frente a estes alunos. O objetivo geral deste estudo é mostrar a importância dos materiais adaptados no desenvolvimento pedagógico em sala de aula. Após um levantamento bibliográfico sobre o assunto, compreendeu-se que a falta de preparo, informação e qualificação quanto aos pedagogos ainda é grande. Os alunos que estão matriculados em uma escola de ensino regular, necessitam de materiais que supram suas necessidades, tais como: lupa, prancha, atividades adaptadas, apoio pedagógico especializado, formação continuada e etc. É necessário quebrar paradigmas, para que a inclusão aconteça de forma real.

**Palavras-chaves:** Materiais Adaptados; Baixa Visão; Ensino e Aprendizagem; Pedagogo

## ABSTRACT

This work aims to demonstrate the importance of materials adapted for students with low vision, characterize low vision and the importance of teacher training in the face of these students. The general objective of this study is to show the importance of adapted materials in the pedagogical development in the classroom. After a bibliographic survey on the subject, it was understood that the lack of preparation, information and qualification regarding pedagogues is still great. Students who are enrolled in a regular school, need materials that meet their needs, such as: magnifying glass, board, adapted activities, specialized pedagogical support, continuing education and etc. It is necessary to break paradigms, for inclusion to happen in a real way.

**Keywords:** Adapted Materials; Low Vision; Teaching and learning; Pedagogue

---

<sup>1</sup>Aluna do 8º termo do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita-SP, FASAR, endereço eletrônico [adrielenh13@hotmail.com](mailto:adrielenh13@hotmail.com)

<sup>2</sup>Aluna do 8º termo do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita-SP, FASAR, endereço eletrônico [leticia biroque07@gmail.com](mailto:leticia biroque07@gmail.com)

<sup>3</sup>Professora Especialista do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita- SP, FASAR, endereço eletrônico [andreza.santoro@yahoo.com.br](mailto:andreza.santoro@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

A inclusão de deficientes visuais e de baixa visão nas escolas requer um olhar diferenciado, buscando sempre atender as necessidades do aluno para um melhor desenvolvimento e aprendizagem. Diante da atual realidade, é muito importante ter professores qualificados e preparados para atender qualquer criança e sua necessidade. Também, são indispensáveis recursos didáticos adaptados para uma melhor evolução na aprendizagem. (MAZZARO, 2008).

Sendo assim, considerando os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, que centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, torna-se fundamental a preparação dos profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

As dificuldades encontradas pelo aluno com baixa visão, em sua maioria estão relacionadas ao fato de os professores não estarem preparados para trabalharem com alunos com deficiência e pela falta de material apropriado para suprir suas necessidades.

Para melhor entendermos, é preciso quebrar parâmetros quando nos referimos a pessoas com alguma deficiência. A palavra deficiente na maioria das vezes carrega um peso muito grande quando dita por alguém. Infelizmente, ainda há no meio em que se vive a discriminação e hostilidade entre as pessoas. Pensa que apenas pessoas “normais” são capazes de estudar, trabalhar, praticar algum esporte ou atividade física, passear, etc. Limitando o aprendizado e capacidade de um indivíduo deficiente. (GIL, 2000).

Contextualizando a história da Educação Especial, tudo começou ainda na antiguidade, quando um bebê que nascia com deficiência, deveria ser morto ou abandonado, já que esse era fruto de um castigo dos deuses. As tribos indígenas e as grandes civilizações (Gregos antigos ou os Espartanos), matavam os bebês com deficiências assim que essas nasciam, de forma natural, sem ódio, normalmente, conforme a organização sócio cultural da época.

Segundo Marcílio (1998), quando nascia algum bebê e ele tinha alguma deformidade eles eram cruelmente maltratados. Existiam várias formas de maus-tratos, como por exemplo, jogá-las de penhascos, queimá-las vivas, afogamento ou o abandono em florestas a sua própria sorte.

No Renascimento, tudo era voltado para a razão e as pessoas deficientes eram tratadas com maus-tratos. Em épocas passadas, já existia um padrão de pessoas perfeitas. Para Rousseau (1992), todos teriam quer ser saudáveis, inteligentes e capazes de se desenvolverem. Aos olhos dele, um professor não era médico para cuidar de um aluno com deficiência. Rousseau diz “É preciso que o corpo tenha vigor para obedecer à alma: Um bom servidor deve ser robusto. O corpo débil enfraquece a alma.” (1992, p.31).

Até o final do século XIX, a história da Educação Especial era regida pelos costumes e informações vindas da Europa. O abandono de crianças com deficiências nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, e essas muitas vezes essas acabavam morrendo de frio, fome, sede ou sendo devoradas por cães.

A história de inclusão no Brasil começou a tomar forma, quando Dom Pedro II, mandou construir dois institutos de suma importância, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que depois passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), onde aconteceu o 1º Congresso discutindo a obrigatoriedade escolar de pessoas com deficiências, voltados para crianças de 7 a 14 anos.(CASTRO, 1986).

De acordo com Mosquera (2010), acredita-se que é primordial o reconhecimento das diferenças que cada indivíduo possui, incluindo a mudança do espaço físico.

Quando se sugeriu a necessidade de escolarização entre a população, o deficiente passou a ser admitido, pela sociedade, como um indivíduo que por conta de suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os “normais”. Portanto, deveria estudar em locais separados e só seriam aceitos em sociedade os que conseguissem agir próximo da normalidade, ou seja, fossem capazes de exercer as mesmas funções que os demais. O marco desse momento foi

o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação e a criação de instituições privadas e classes especiais. (BATISTA, 2006)

A Constituição Federal de 1988, determina que a educação é um direito de todos, seja essa em qualquer circunstância.

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A deficiência visual pode ser definida como baixa visão ou cegueira. De acordo com Bruno (1997), considera-se deficiente visual na parte educacional depois que é feita uma avaliação funcional. Sendo assim a baixa visão começa a partir da ausência de visão até a falta da percepção de luz. Para uma aprendizagem de qualidade é necessário recursos e materiais adaptados. Na cegueira total perde-se a visão por completo, ou seja, não há nenhuma percepção luminosa. Nesse caso é fundamental utilizar os sentidos do corpo humano: olfato, tato, audição, paladar e o mais importante que é o Sistema Braille.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394, logo no início, o Art.4º inciso III ressalta que:

“Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:  
III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;”

Para Sá, Campos e Silva (2007), o aluno com baixa visão apresenta alguns sinais, características e comportamentos contínuos durante o dia-a-dia. Tendo como exemplo: franzir a testa, levantar-se para ler o que está escrito na lousa, dificuldade na leitura, aproximar objetos para perto dos olhos, entre outros, que podem interferir no seu desenvolvimento. Nesse momento, a percepção o pedagogo torna-se instrumento fundamental na busca de materiais adaptados que auxiliem e facilitem a aprendizagem do aluno.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015 -Estatuto da Pessoa com Deficiência), também assegura e promove a igualdade dos direitos as pessoas com deficiências, garantindo à sua inclusão social e cidadania.

## **OBJETIVO GERAL**

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância dos materiais adaptados como recursos auxiliares no trabalho desenvolvido por pedagogos com alunos com baixa visão. Tendo em vista a perspectiva de uma escola inclusiva, onde o conhecimento dos professores sobre o deficiente visual, suas dificuldades afetivo-emocionais, recursos ópticos e não ópticos, adequações curriculares e na sala de aula e de recursos didático pedagógico, é de extrema importância para sua inclusão.

## **OS DESAFIOS DO PEDAGOGO FRENTE AOS ALUNOS DE BAIXA VISÃO**

Os números de crianças e jovens que acabam sendo deixados de lado no sistema da educação, são realmente preocupantes. Para o pedagogo acaba se tornando um desafio dentro da sala de aula, pois, a criança com baixa visão requer profissionais com preparo e conhecimento.

Para enfrentar esse desafio é necessário quebrar paradigmas que existem durante o processo de ensino, destacando a importância da formação e a capacitação docente para a aprendizagem do aluno. Através dela o professor estabelecerá adaptações necessárias e estratégias de forma mais significativa, incluindo todos.(OLIVEIRA,2002).

De acordo com o Relatório sobre o Parecer CNE/CEB 17/2001- “Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica” (BRASIL, 2001, p.5-7), o Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e também ao mostrar consonância com os postulados estabelecidos em Salamanca (Espanha, 1994), na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais.

Inclusão Escolar não é apenas dizer que tem um aluno deficiente dentro da escola ou de uma sala de aula, vai muito além disso, é dedicar-se a aprendizagem dele, procurar estratégias e maneiras para fazer com que ele se sinta importante. Sabe-se que os desafios são grandes, incluir um aluno com determinada deficiência na escola de ensino regular, às vezes pode levar tempo, é necessário que haja um alinhamento entre professores, escola e pais.

Em seu artigo 59, a LDB descreve sobre os direitos da Educação Especial:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Os materiais adaptados para alunos com baixa visão são de extrema importância para seu desenvolvimento pedagógico, coordenação motora e bom convívio entre professores e alunos. Requer uma atenção a mais do pedagogo para adaptação de conteúdo a serem trabalhados durante as aulas. A partir do momento em que a inclusão é aceita no Brasil, colocada em prática dentro de uma escola, seja uma rampa, banheiros adaptados, é fundamental que seja assim dentro de uma sala de aula. Sabe-se que o alfabeto é o básico na aprendizagem dos alunos, e para confecção de um é necessário papelão e as letras em tamanhos maiores. Sendo assim, é capaz de trabalhar jogo da memória, formação de sílabas e formação do próprio nome. Este mesmo método serve para trabalhar os numerais. (Gonzaga, 2012)

As adequações curriculares podem ser entendidas como um conjunto de ajustes que favorecem o acesso de todos os alunos à proposta curricular do ensino regular.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015), reforça a educação como direito da pessoa com deficiência, através do sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

O Ministério de Educação, através da publicação “Saberes e práticas da Inclusão - Desenvolvendo competências para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC/SEESP, 2006, orienta sobre as adequações curriculares, metodológicas e didáticas, conforme descrito a seguir:

- Prover o aluno de baixa visão com meios de comunicação compatíveis com as suas possibilidades: material ampliado (livros, provas, atividades em geral), uso do computador, softwares educativos em tipos ampliados, livro falado, computador com sintetizador de voz e periféricos adaptados e outros recursos tecnológicos.
- Proporcionar ao aluno com deficiência visual, os materiais adaptados às suas necessidades educacionais: Lápis 6B, caderno com as pautas reforçadas e se necessário duplas, caneta de ponta porosa preta e de cores contrastantes, régua com contraste, entre outros.
- Incentivar e possibilitar o uso dos auxílios ópticos prescritos pelo médico oftalmologista: óculos, lupas e telescópios. O auxílio deve ser apresentado para a classe como um avanço tecnológico e de grande valia. A falta de correção óptica pode levar o aluno a ter um rendimento escolar insuficiente, dificultando sua inclusão.
- Posicionar o aluno na sala de aula em lugar bem iluminado e próximo ao quadro. Recomenda-se sentar na primeira carteira da fila central, se necessário, colocar uma luminária iluminando as atividades que o aluno está fazendo. Adequações nos Conteúdos Curriculares e nos Métodos de Ensino Para que o sistema educacional

contemple as necessidades especiais dos educandos com baixa visão, também são necessárias adaptações de objetivos (mudanças no conteúdo e no processo de avaliação) e adaptações no método de ensino (didático-pedagógicas). Adequações nos conteúdos curriculares e no processo avaliativo:

- Adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, considerando as características individuais do aluno
- Considerar que o aluno com baixa visão pode atingir os objetivos comuns ao grupo em um período de tempo maior, para isso, variar a temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação.
- Eliminar conteúdos e critérios de avaliação para os alunos com baixa visão que, em função da sua deficiência, dificultem o alcance dos objetivos definidos para o seu grupo, sem comprometer sua escolarização e promoção escolar.
- Promover a aprendizagem cooperativa é importante que o aluno seja agrupado com os colegas que mais se identifique.
- Utiliza-se de procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação diferentes dos usados para a classe, quando necessário, sem prejudicá-lo em relação aos objetivos educacionais estabelecidos para ele
- Disponibilizar apoio físico, verbal, visual e outros ao aluno com baixa visão, possibilitando a realização das atividades escolares e do processo avaliativo. O apoio deverá ser oferecido pelo professor regente, de sala de recursos, itinerante ou pelos próprios colegas.
- Introduzir atividades complementares individuais que propiciem ao aluno alcançar os objetivos comuns ao grupo, que podem ser realizadas na própria sala de aula, na sala de recursos ou nos centros de atendimento.
- Eliminar atividades que o aluno esteja impossibilitado de executar, substituindo-a por outras que tenha condições de realizar.
- Substituir objetivos e conteúdos curriculares que não possam ser alcançados pelo aluno, em razão de sua deficiência, por objetivos e conteúdos acessíveis, básicos e significativos para o aluno.

- Encorajar, estimular e reforçar a participação, a comunicação, a iniciativa e o desempenho do aluno. O professor deve sempre estimulá-lo verbalmente, as expressões faciais ou gestuais à distância podem não ser percebidas.
- Conceder-lhe tempo suficiente para a realização das tarefas e avaliações, considerando que o aluno com baixa visão é mais moroso para completar suas atividades escolares.
- Diversificar as condições de acesso aos conteúdos, alternando cópia do quadro, com conteúdos ditados e auxílio dos colegas. Conceder-lhe mais tempo para tomar notas e acompanhar o raciocínio, bem como tempo para descanso visual.
- A utilização de lupas e telescópios auxiliam a aprendizagem, mas são recursos que tornam morosa a leitura e cópia de impressos e da lousa, podendo causar fadiga visual.
- Com o objetivo de evitar a fadiga visual, devem-se organizar as atividades escolares, permitindo momentos de descanso ocular: leitura e escrita alternada com perguntas orais, atividades na lousa e escrita no caderno, com trabalhos em artes ou aulas de educação física.
- Conteúdos complexos, envolvendo raciocínio matemático, devem ser explicados individualmente para o aluno, em uma distância que ele consiga enxergar e acompanhar toda explicação.
- Providenciar, junto à Direção da escola, a ampliação dos materiais impressos e dos recursos tecnológicos necessários ao processo de ensino-aprendizagem do aluno com baixa visão.
- Incentivar a participação nas atividades acadêmicas possibilitando maior integração com os colegas, por exemplo, a tarefa de entregar atividades dá-lhe a oportunidade de ver quem está na sala e como está sua carteira em relação aos demais colegas.
- É atribuição de o professor pensar sobre o pensar do aluno, analisar os efeitos de sua atuação no processo de aprendizagem, redirecionando sua prática em função dos resultados encontrados. Somente assim a avaliação será um processo efetivo de diagnóstico pedagógico, compreensivo e indicador de ajustes.

Existem materiais específicos utilizados no trabalho com alunos com baixa visão que apesar de serem de altíssima qualidade, apresentam um preço pouco acessível, como: lupas, pranchas, engrossador de lápis, encaixe de formas geométricas, alfabeto ampliado/Braille, óculos especiais esféricos.

Um ponto relevante a ser destacado é que muitos pedagogos não estão preparados para trabalharem com alunos com baixa visão, seja em decorrência do desconhecimento sobre a deficiência, seja por falta de preparo ainda em sua formação ou ainda seja a dificuldade em manusear os materiais adaptados fornecidos pelo mercado.

Diante da necessidade de flexibilização em seu trabalho, o pedagogo pode fazer uso de recursos alternativos que podem ser utilizados no trabalho com alunos com baixa visão como: atividades delineadas por materiais que permitam que o aluno sinta a textura, auxiliando na localização, espaçamento e formato, onde este possa utilizar os dedos, engrossadores, adaptadores ergonômicos, canetas hidrográficas para escurecer as linhas do caderno, etc.(Gonzaga, 2012)

Sendo assim, pode-se perceber a importância do material adaptado no trabalho com alunos com baixa visão. É necessário que a criança se sinta incluída na turma. Não há um padrão exato de materiais adaptados, eles só precisam estar adequados para suprir as necessidades dos mesmos.

Todas as escolas deveriam estar prontas para receber qualquer aluno, e o mais importante, para ensinar-nos. (RUSSO, 2020)

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a da pesquisa bibliográfica referente ao tema deste, para que servir como referência na elaboração do mesmo.

A pesquisa bibliográfica objetivou apontar conhecimentos publicados na literatura sobre os materiais adaptados que são utilizados para facilitar o desenvolvimento de habilidades funcionais dos alunos com baixa visão e servem como ferramenta do trabalho do professor.

Como medidas de tratamento e estimulação visual faz-se necessário acompanhamento profissional e utilização de recursos facilitadores. Os materiais adaptados oferecem recursos e serviços em prol desses objetivos (BERSH, 2013).

Para iniciar o levantamento, buscou-se amparo em Gil (2002, p. 17), que define pesquisa como sendo "o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

Após o levantamento dos materiais, realizou-se uma triagem dos artigos que mais destacaram o conteúdo do tema, Materiais Adaptados para aluno com Baixa Visão: A Inclusão e um Novo Instrumento de Ensino.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Apesar de tanto se falar em inclusão escolar, o trabalho com alunos com deficiência ainda requer grande estudo e preparação por parte dos pedagogos já que estes na maioria das vezes não se encontram preparados para tal função.

O objetivo do trabalho foi mostrar a importância dos materiais adaptados como recursos auxiliares no trabalho desenvolvido por pedagogos com alunos com baixa visão.

Para incluir (inserir, colocar em) um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criar mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura. (CARVALHO,2004)

Percebeu-se também apesar de existirem materiais adaptados oferecidos pelas indústrias, o pedagogo pode se beneficiar de recursos acessíveis para promover a inclusão do aluno com baixa visão.

Apesar da baixa visão ocasionar muitas vezes conflitos emocionais, psicológicos e sociais, que refletem na aprendizagem dos alunos, o uso de materiais adaptados e o esforço do pedagogo em oferecer um ambiente escolar acolhedor, de encorajamento e de confiança contribui positivamente para a uma educação inclusiva de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo bibliográfico realizado permitiu-nos uma ampla reflexão sobre os aspectos que têm permeado a inclusão do aluno com baixa visão no sistema regular de ensino.

Pode-se perceber também que a formação dos professores do ensino comum para atuar com estes alunos ainda é deficitária e as exigências são grandes para a promoção da efetiva inclusão.

O esperado com o trabalho desenvolvido é fomentar a importância de se conhecer os materiais adaptados para o trabalho com os alunos com baixa visão.

Dessa forma, não há que se perder de vista a necessidade de um trabalho conjunto e interligado que se concretize interdisciplinarmente na aprendizagem da criança, de modo a não se caracterizarem dois processos distintos e desvinculados, ou seja, duas 'educações': a regular e a especial" (EDLER CARVALHO, 2000 – in: SEED/DEE, 2006).

Buscando a igualdade na sua realidade, ela tem que ser relativa. As pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes. O movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças.

Assim coube-nos refletir que inclusão requer a valorização das diversidades e não a reprodução em aula das práticas de homogeneização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Cristina A. Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva. Centro especializado em desenvolvimento infantil**. Porto Alegre; 2013. p.1-19.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 21 de novembro de 2020.

BRASIL, **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 21 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da educação/ Secretaria de educação especial. **Saberes e práticas da inclusão – desenvolvendo competências para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência visual: Reflexão sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Laramara, 1997. Disponível em: [http://www.deficienciavisual.pt/txt-reflexao\\_pratica\\_pedagogica-Marilda\\_Bruno.htm](http://www.deficienciavisual.pt/txt-reflexao_pratica_pedagogica-Marilda_Bruno.htm) Acesso em: 15 set. 2020.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, RositaEdler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CASTRO, Vitória de Heloísa. **Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola**: Um olhar histórico-social. Faculdade de Educação: UFG. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4\\_27.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4_27.pdf)

> Acesso: 15 de setembro de 2020.

Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – **Parecer CNE/CEB n.17/2001**. BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial.

Ensaios pedagógicos: **Construindo Escolas Inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

GIL, Marta. **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

GONZAGA, Ana. **Materiais adaptados ajudam a incluir**. [2012] Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/350/materiais-adaptados-ajudam-a-incluir>  
Acesso em: 15 de setembro de 2020

MACHADO, E. V; MAZARRO, J. L. **Diálogos com o professor sobre inclusão**: Fatos e histórias. Brasília: LGE, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-79. \_\_\_\_\_. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Vicente. **Educação na Constituição de**: O artigo 205. O fato novo, na Constituição Federal de 1988, é a colaboração da família, através da promoção e do incentivo, no processo educativo. Publicado: 23 Out. 2001. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/479/Educacao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo-205> Acesso em: 15 set 2020

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Ibpec, 2010.

OLIVEIRA, W.I.F. **A importância dos recursos didáticos adaptados no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais**. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília.

RORIZ, S. M. T; AMORIM, S.K; FERREIRA, R.C.M. **Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais:** múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas. São Paulo: Psicol, 2005.

RUSSO, Fabiele. **Inclusão escolar e material adaptado.** [2020] Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/inclusao-escolar-e-material-adaptado> Acesso em: 20 de setembro de 2020

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emilio ou da educação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.592.

SÁ, D.E.; CAMPOS, M.I.; SILVA, C.B.M. **Atendimento educacional especializado: Deficiência Visual.** Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_e\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf) Acesso em: 21 de novembro de 2020.

## ANEXOS

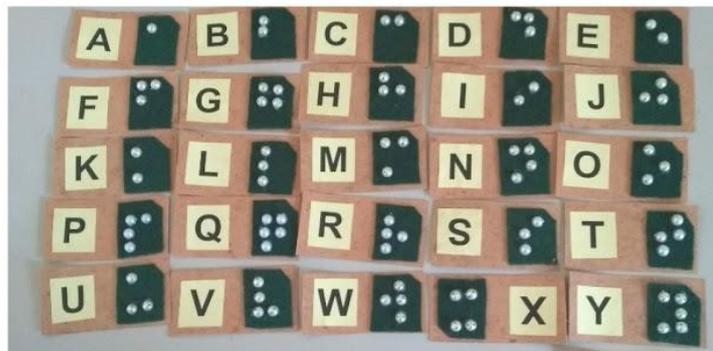
### LUPAS



### Óculos Especiais Asféricos



**Alfabeto Ampliado/Braille**



**Encaixe de formas Geométricas**



**Engrossador de Lápis**



**Prancha**



**Teelupa Monocular**



**Teclado Colorido e Ampliado**



### Guia de Assinatura

